

A Seguridade Social em Risco: *Desafios à Consolidação dos Direitos e à Implantação do SUAS*

Conferência realizada no 34º
Encontro Nacional do Conjunto
CFESS/CRESS

Manaus, 4 a 7 de setembro de 2005



Estrutura da Apresentação

- 2) Indissociabilidade entre Seguridade Social e Trabalho**
- 3) O permanente e gradual desmonte da Seguridade Social**
- 4) Desafios na luta pela Seguridade Social Pública e Universal**

✓ Seguros Sociais

Proteção ao trabalhador
Contribuição prévia direta
Direitos proporcionais
e condicionais

✓ Assistência Social

Necessidades sociais
Benefícios e Serviços
Não contributiva

✓ Relação de Atração e Rejeição

Ausência de um ↔ necessidade do outro
Primado do trabalho limita assistência a trabalhadores



Seguridade Social no Brasil: Predomínio Excludente do Seguro

4

✓ **Capitalismo Central**

“Pleno Emprego”

Abrandamento da lógica do seguro

Ampliação da lógica da assistência

Crise e Programas de Renda



✓ **Capitalismo Brasileiro**

População não segurada: 40,6 milhões (57,7% dos 70,5 milhões de ocupados: 10 anos e +); 58 em cada 100

Entre estes, 20,4 milhões (50,12%) não tem ou o rendimento é inferior a 1 SM

Destes, 5 milhões são trabalhadores rurais e 15,4 milhões são urbanos

Frágil assalariamento e baixos salários

Seguridade Social exclui do acesso

1. trabalhadores pobres que:

**não têm direito à previdência porque não contribuem
não têm direito à assistência porque podem trabalhar**

2. maiores de 60 anos que não entram nos critérios

Assistência e Previdência

Constituem um campo de proteção

que não responde à dinâmica

excludente do capitalismo,

nem restringe sua lógica

de produção e reprodução

2. Caminhos do Desmonte: Princípios Constitucionais da Seguridade Social que estão sendo desmantelados

6

- + Universalidade
- + Uniformidade e Equivalência
- + Seletividade e Distributividade
- + Diversidade do Financiamento
- + Gestão Democrática e Descentralizada



- ▶ **Direitos:** não foram uniformizados e universalizados
 - Previdência:** reformas de 1998 e 2002 restringiram direitos, reforçaram lógica do seguro, reduziram valor benefícios e abriram caminho para privatização
 - Saúde:** fragilização da atenção básica
 - Assistência:** focalização em segmentos e situações específicos e abrangência restrita
- ▶ **Gestão:** não consolidou instâncias deliberativas e participativas; extinção dos Conselhos de Seguridade Social e Previdência; institucionalização dos Conselhos
- ▶ **Financiamento:** não diversificou fontes; reforça arrecadação sobre folha de salários do setor privado; Recursos da Seguridade pagam dívida pública

Quem paga a conta? Arrecadação da SS em 2004

8

Recolhimentos das Contribuições	Montante (RS milhões)	%
Contribuição empregador/trabalhador	94.119.856	41,44
COFINS	61.471.987	27,06
CPMF	15.735.365	6,92
CSLL (Contribuição lucro líquido)	13.566.266	5,97
Recursos Ordinários (OF)	12.669.743	5,58
Contribuição PIS/PASEP	8.546.719	3,76
Sub-Total	206.109.936	90,73
Outras receitas	21.035.608	9,27
Total das Receitas Aplicadas	227.145.544	100,00
DRU na Seguridade Social	42,5 bilhões	

**Fontes oneram os
trabalhadores. Seguridade
Social tem caráter regressivo**



Para onde vai o recurso? Despesas em 2004

9

Destino Recursos	Montante (milhões)	%
Ministério da PS	132.214.698	58,20
Previdência Social Básica	123.305.894	54,28
Outras despesas	8.908.804	3,92
MDS	13.597.714	5,98
BPC	5.748.738	2,53
Renda Mensal Vitalícia	1.828.506	0,80
Bolsa Família	4.929.680	2,17
Outras despesas	1.090.790	0,48
Ministério da Saúde	33.652.264	14,81
Sub-Total – MP, AS, Saúde	179.464.676	79,00
Outros Ministérios	47.680.868	21,00
Total dos Recursos Pagos	227.145.544	100,00



- ✿ Os recursos que compõem as fontes de financiamento da Seguridade Social desempenham um papel relevante na sustentação da política econômica e social
- ✿ Após 1994 vem ocorrendo apropriação indevida dos recursos do OSS por meio da DRU, que são retidos pelo Orçamento Fiscal da União e canalizados para esfera financeira da economia



Superávit Primário – 1999 a 2004, em % do PIB

Descrição/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Meta	2,60	2,80	3,00	3,50	4,25	4,50
Superávit primário	3,19	3,46	3,64	3,89	4,25	4,61
Déficit Público	(5,78)	(3,62)	(3,57)	(4,58)	(5,08)	(2,68)

Em 2004, somente o Superávit Primário do Governo Central foi de R\$ 49,4 bilhões, sendo que R\$ 42,5 bilhões foram obtidos por meio do superávit da Seguridade Social (inclusive DRU), ou seja, 86% total (IPEA, 2005).

Juros de 16,5% garantiram lucro de R\$ 20,8 bilhões aos bancos

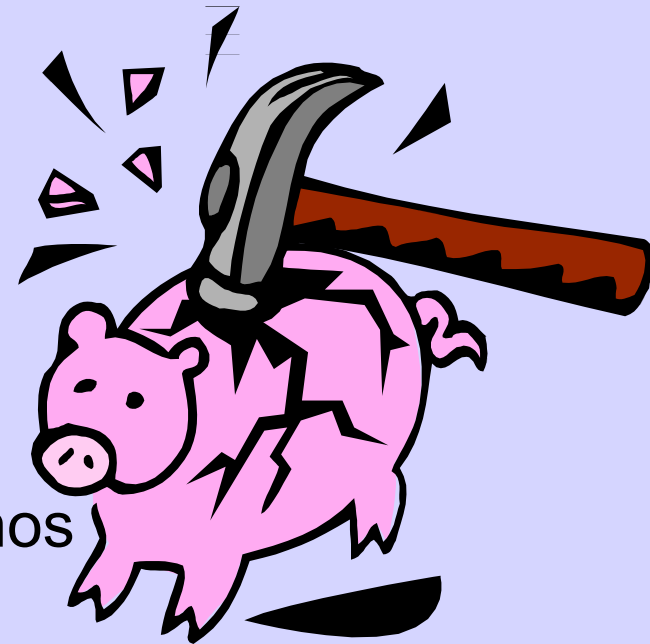


Os Caminhos do Desmonte da SS

1. Realocação das receitas pelo Tesouro Nacional - DRU

Em 2001 R\$ 31,4 bi e em 2004 R\$ 42,5 bi foram desvinculados do OSS e utilizados para gerar o superávit e realizar pagamentos como:

- encargos da dívida
- aposentadoria do setor público
- investimento em infra-estrutura nos Estados
- vale-transporte e auxílio alimentação de servidores públicos



3. Baixa participação do orçamento fiscal no financiamento da seguridade social

Em 2001, o Tesouro Nacional repassou R\$ 18,9 bilhões (13,99% das despesas) do orçamento fiscal para custeio da seguridade social; em 2004 repassou apenas R\$ 12.669.743 (5,58% das despesas)

4. Isenção Fiscal

Em 2001, a seguridade social deixou de arrecadar aproximadamente R\$ 8 bilhões devido às renúncias previdenciárias a “entidades filantrópicas” (assistência, saúde e educação), micro e pequenas empresas e clubes de futebol. Em 2004 esse valor já seria de R\$ 13 bilhões segundo ANFIP;

5. Sonegação Fiscal

Segundo a ANASPS (Associação dos Servidores da Previdência Social), entre 2003 e 2005 p governo acumulou:

- + R\$ 100 bilhões de déficit de caixa no INSS
- + R\$ 90 bilhões de sonegação, evasão e elisão contributiva
- + R\$ 35 bilhões de renúncias contributivas

7. Favorecimento dos Planos Privados

As reformas da previdência levaram 6 milhões de brasileiros(as) para os planos privados, o que reduz e fragiliza a SS pública, o mesmo ocorrendo na saúde

8. Outras Medidas

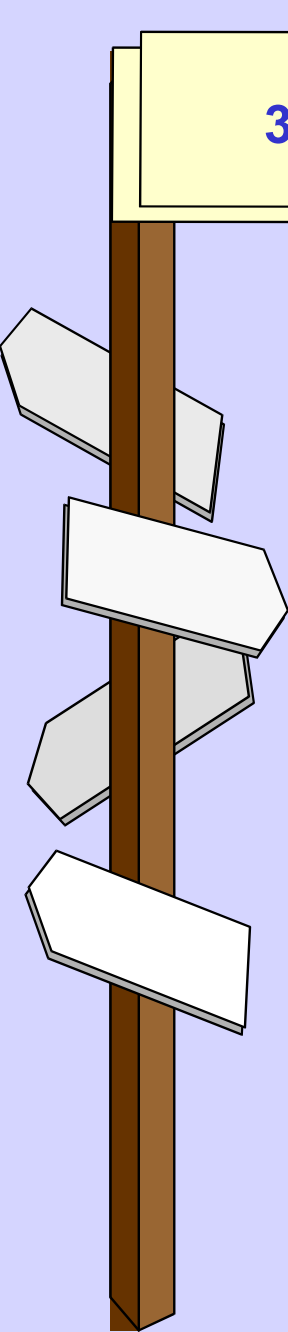
- ✚ Reforma tributária de 2003 (EC 24) abre possibilidade para que as contribuições sobre a folha de pagamento sejam substituídas por contribuições sobre o faturamento (sujeitas à DRU) (hoje é a única fonte não sujeita à DRU e corresponde a 41,44%)
- ✚ Fusão da Receita Federal e Previdenciária (MP 258) concretiza caixa único e submete o OSS à autorização e liberação do Ministro da Fazenda e subordina ainda mais a Seguridade Social à austera e regressiva política fiscal em curso

**Qual é a
Seguridade
Social que
Queremos
Defender?**



3. Concepção de Direitos e Seguridade Social

17

- 
- Os direitos no capitalismo (econômicos, sociais, políticos, culturais) são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui, capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor de produção e reprodução das desigualdades; e isto porque a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida (Marx, 1987) e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos;
 - O reconhecimento destes limites não invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos pelas políticas públicas nos marcos do capitalismo; mas sinaliza que a conquista dos direitos integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular visando a construção de uma sociedade justa e igualitária;

3. Concepção de Direitos e Seguridade Social

18

● A conquista de direitos no âmbito do capitalismo não pode ser vista como um fim, como um projeto em si, mas como via de transição a um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas não se esgota nele



3. O SUAS e a Seguridade Social

19

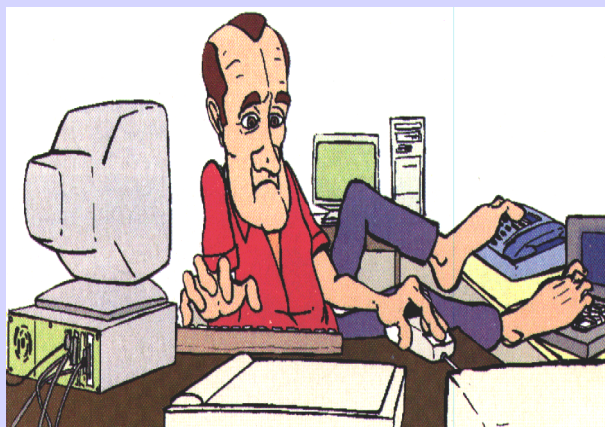
- Estabelece um sistema unificado
- Fortalece instrumentos da LOAS: Conselho, Plano e Fundo
- Estabelecimento de orçamento próprio nas três esferas de governo
- Cria sistema de informação, acompanhamento e monitoramento
- Relatório anual
- Atribui novo papel aos Conselhos



3. Dificuldades e Desafios na Implantação do SUAS e na Defesa da Seguridade Social

20

- Precisão na Concepção de Assistência, Seguridade Social e Proteção Social
- Instalação e garantia de condições de trabalho e infra-estrutura adequada e necessária
- Instituição de quadro de trabalhadores capacitados, com relação de trabalho estável e garantidora de direitos
- Consolidação e respeito à autonomia dos Conselhos
- Fortalecimento de movimentos sociais, sobretudo de usuários e trabalhadores



Efeitos da Política Econômica no FNAS
Comparação de Valores Nominais e Deflacionados

Anos	BPC				Outras Ações			
	Nominal	%	Deflacion.	%	Nominal	%	Deflacion.	%
2000	1.993.796		3.564.724		708.123		1.266.059	
2001	2.672.147	34,02	4.329.008	21,44	657.973	-7,08	1.065.948	-15,81
2002	3.576.281	33,84	5.104.458	17,91	901.679	37,04	1.286.974	20,74
2003	4.527.007	26,58	5.261.849	3,08	816.215	-9,48	948.706	-26,28
2004	5.748.738	26,99	6.107.675	16,07	948.859	16,25	1.008.103	6,26
2005	6.692.236	16,41	6.692.236	16,07	1.281.515	35,06	1.281.515	27,12
2006	9.212.877	37,67			1.163.079	-9,24		

Nota: Os valores foram deflacionados pela Média do IGP-DI, a preços de julho/2005

Em 2006 os recursos correspondem à proposta enviada pelo MDS ao CNAS; houve aumento de 12 milhões para serviços sócio-assistenciais se não for considerado todo o recurso aprovado para 2005 (excluídas as emendas); neste caso o aumento corresponde a apenas 1,04% dos 1,151 bilhões aprovados para 2005 sem emendas.

A seguridade Social que Defendemos

- ✿ Deve articular amplo conjunto de direitos sociais e constituir um sistema de proteção social universal e eqüanime
- ✿ Deve fortalecer os espaços de socialização da política e sustentar-se na luta e movimento dos trabalhadores
- ✿ Deve debater-se contra a política econômica e garantir recursos progressistas e redistributivos



